

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/328860538>

Percepções e participação das comunidades locais em áreas protegidas: análise de experiências em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Conference Paper · November 2008

CITATIONS

0

READS

571

4 authors, including:



Brigida Brito

Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camoes

31 PUBLICATIONS 27 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares [View project](#)



ReAC - Respostas às Alterações Climáticas [View project](#)



Percepções e participação das comunidades locais em áreas protegidas: análise de experiências em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Joana Marques (joana.marques@iscte.pt)

Brígida Brito (brigida.brito@iscte.pt)

Joaquim Ramos Pinto (j.ramos.pinto@nerea-investiga.org)

Nuno Alarcão (nunoalarcao@yahoo.com)



Av. das Forças Armadas – Edifício ISCTE
1649-026 Lisboa
www.cea.iscte.pt

Resumo

No âmbito do projecto “*O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares*”, está em curso um estudo comparativo tendo por base dois Estados insulares africanos de língua oficial portuguesa, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O estudo é enquadrado por princípios conceptuais e linhas de orientação teórica e metodológica de valorização das capacidades e potencialidades locais, no sentido do reconhecimento e reforço identitário das comunidades, incentivando o aprofundamento do sentimento de pertença, as redes de solidariedade locais e a auto-estima, através da adopção de atitudes proactivas com envolvimento.

Nos dois países em análise, destacam-se experiências turísticas desenvolvidas em áreas protegidas, com uma forte participação das comunidades locais. Referimo-nos ao Eco Museu de Morro Peixe, localizado numa importante zona de desova de tartarugas marinhas, em São Tomé e Príncipe, e ao Parque Natural do Fogo, situado na envolvência do vulcão, em Cabo Verde. Em ambos os casos, a participação activa da comunidade tem sido uma componente fundamental para a preservação da biodiversidade local.

Pretende-se assim apresentar as soluções adoptadas nestes contextos, sistematizando os dados obtidos até ao momento através da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa dos grupos comunitários directamente influenciados pelas iniciativas em análise, entrevistas semi-directivas e observação directa como complemento das técnicas privilegiadas para o trabalho de campo. Especial ênfase é dada ao contributo destas experiências para o desenvolvimento das comunidades locais.

Palavras-Chave: Turismo, Área Protegida, Desenvolvimento Comunitário

Apresentação do Projecto

O Projecto "O impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: Análise de Experiências Insulares" (PTDC/AFR/69094/2006), em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), consiste num estudo comparativo, realizado em meio insular africano, sobre os impactos do turismo no desenvolvimento das populações locais, considerando-se os benefícios resultantes do incremento do sector mas também os efeitos perversos que resultam negativamente para a totalidade ou parte dos grupos comunitários. A análise tem por base dois Pequenos Estados Insulares (PEI), que reúnem um conjunto de traços comuns, apesar das particularidades próprias que os diferenciam: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Trata-se de dois PEI da África Subsahariana, geograficamente localizados no Oceano Atlântico, que sentem os efeitos da insularidade, natureza arquipelágica, pequena dimensão, distância e isolamento, sendo marcados por um passado histórico comum, com independência política recente, podendo denominar-se de jovens democracias.

Do ponto de vista sociocultural, são caracterizados pela prevalência de sociedades crioulas e miscigenadas, dotadas de população reduzida e jovem, evidenciando mobilidade no interior dos países, mas também para o exterior, encontrando-se ainda e maioritariamente a viver em situação de pobreza. Dadas as condições geográficas e as particularidades ambientais, paisagísticas e socioculturais, o turismo tem sido considerado como uma opção estratégica nacional com importância, podendo ainda ser entendido como um instrumento de redução da pobreza e simultaneamente de promoção

do desenvolvimento comunitário. Contudo, o investimento no sector, a implementação dos projectos e os efeitos resultantes têm evidenciado diferenças significativas.

O estudo é enquadrado por princípios conceptuais e linhas de orientação teórica e metodológica de valorização das capacidades e das potencialidades locais, no sentido do reconhecimento e do reforço das identidades socioculturais das comunidades, incentivando o aprofundamento do sentimento de pertença, as redes de solidariedade locais e a auto-estima, através da adopção de atitudes proactivas com envolvimento.

Áreas protegidas em contexto insular africano

Os países em análise, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, têm como características naturais mais marcantes a sua insularidade atlântica, a sua localização no continente africano, um endemismo considerável e a vulnerabilidade dos ecossistemas. Se em São Tomé e Príncipe, independentemente do meio, encontramos uma natureza exuberante, com uma flora e fauna muito rica em termos de biodiversidade e endemismo, em Cabo Verde os ciclos de seca marcam uma natureza mais agreste. Ainda assim, em ambos os arquipélagos, encontramos espécies como a tartaruga marinha, o golfinho, a baleia, as aves, os répteis e as plantas exóticas, algumas das quais se encontram ameaçadas de extinção.

Com vista à preservação do património natural, e também ao desenvolvimento das comunidades que se encontram nestes espaços, foram criadas e regulamentadas áreas protegidas. De referir que os objectivos de criação e gestão das áreas protegidas dependem das orientações políticas, das aspirações socioculturais e das características

dos espaços a serem protegidos. Wallauer e Wallauer enumeram alguns desses objectivos (citado por Semedo, 2004: 12):

1. **Conservação** – compatibilização entre o uso social e económico da área natural e a preservação das características ecológicas do espaço, estabelecendo limites à transformação do espaço pelo homem para a devida manutenção do equilíbrio do entorno natural.
2. **O desenvolvimento socio-económico sustentável** – potencializar o desenvolvimento de actividades e de iniciativas económicas compatíveis com a conservação ecológica dos espaços naturais. Ou seja, de permitir a existência de actividades produtivas dentro dos limites da capacidade de suporte ou de sustentação do território.
3. **Participação social** – o envolvimento por parte dos agentes ou actores que se encontram vinculados a gestão dos espaços naturais nos processos de conservação e de desenho e a potencialização das actividades sócio-económicas sustentáveis que estejam ligadas a tal espaço
4. **Uso público do meio ambiente** – o meio ambiente e seus benefícios tanto directos como indirectos, deverão estar ao alcance de todos e não restritos ao benefício de apenas alguns grupos.
5. **A educação ambiental** – através dela se dará a conhecer a importância, o valor e a necessidade da conservação da área natural.

Em Cabo Verde o *Regime Jurídico dos Espaços Naturais* (Decreto-Lei n.º 3/2003)

especifica as seguintes categorias de áreas protegidas:

- a) Parque Nacional;
- b) Parque Natural;
- c) Reservas Naturais Integrais;
- d) Reservas Naturais Especiais;
- e) Monumentos Naturais;
- f) Sítios de Interesse Científico.

Por sua vez, em São Tomé e Príncipe, a *Lei da Conservação da Fauna, Flora e das Áreas Protegidas* (Lei n.º 11/99) cria o Conselho de Conservação da Fauna, Flora e das Áreas Protegidas (CONFFAP), ao mesmo tempo que define os diferentes tipos de áreas protegidas:

- a) Parques Naturais;
- b) Reservas Naturais;
- c) Monumentos Naturais;
- d) Reservas Especiais.

Assim, em ambos os países, é possível distinguir diferentes tipos de áreas protegidas, tanto em meio florestal como em meio marinho:

- Em São Tomé e Príncipe, o Parque Natural Obô, nas ilhas de São Tomé e do Príncipe, a Área Protegida Norte e Praia das Conchas, a Reserva Integral das Ilhas Tinhosas, a Zona de Mangrove de Malanza, a Reserva do Ilhéu das Rolas;
- Em Cabo Verde, os Parques Naturais de Monte Verde, Fogo, Monte Gordo, Moroços, Serra da Malagueta e Planalto Leste; a Reserva Natural de Santa Luzia; a Paisagem protegida das Salinas de Porto Inglês, entre outros.

Entre os casos em análise no estudo em curso, dois assumem especial destaque ao nível da articulação entre a preservação da biodiversidade, participação activa da comunidade e desenvolvimento turístico. Referimo-nos ao Eco Museu de Morro Peixe, localizado numa importante zona de desova de tartarugas marinhas, em São Tomé e Príncipe, situado na proximidade da Área Protegida Norte e Praia das Conchas, e ao Parque Natural do Fogo, situado na envolvência do importante património vulcânico, em Cabo Verde.

Nestas áreas, além da preocupação com a preservação ambiental e com a protecção de espécies, tem sido privilegiada a participação, a sensibilização e a capacitação das populações locais, no sentido de fazer face à tradicional dependência da população em relação aos recursos naturais, que se encontram sobre-utilizados. O entendimento

utilitarista do meio que resulta no exercício de uma pressão sobre os ecossistemas traduz-se num contributo significativo para a criação de ameaças que podem resultar em processos de extinção. Assim, a identificação de critérios e a definição de medidas para a utilização sustentável dos recursos em colaboração com a população revela-se essencial, nomeadamente através da prossecução de programas de formação, de acções de divulgação de informação e de sensibilização com envolvimento comunitário. Com estas acções procura-se promover a preservação da biodiversidade a partir das bases, de forma tradicional, recorrendo a metodologias participativas que fomentem o envolvimento directo das comunidades locais.

Parque Natural do Fogo

O Parque Natural do Fogo (PNF), nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2003 é composto pela Bordeira, Chã-das-Caldeiras e o Pico Novo, apresentando um conjunto de características muito específicas dada a sua localização na envolvência do vulcão. O Fogo é a ilha de Cabo Verde onde se encontram as formas vulcânicas mais acentuadas devido ao vulcanismo ainda activo. Ao mesmo tempo, a especificidade deste Parque Natural deve-se também ao facto de abranger uma área fortemente marcada pela utilização humana, pelo que a sua preservação tem que contar com a actividade das comunidades, sendo indispensável a participação activa da população local. Só assim a melhoria das condições socioeconómicas da população pode ser harmonizada com uma preservação sustentável das condições naturais (Leyens, 2002: 2).

Chã-das-Caldeiras é o único povoado no interior da caldeira do vulcão, situando-se a mais de 1500 metros de altitude, sendo uma das melhores terras da ilha do ponto de vista agro-pecuário. Além deste povoado ser menos árido que as restantes terras da ilha, a porosidade dos materiais vulcânicos favorece a retenção da humidade proveniente das chuvas, da escorrência superficial e das precipitações ocultas (Semedo, 2004: 41). A vinha, a fruticultura, a horticultura e a pecuária são a principal fonte de sobrevivência da comunidade. Além disso, após a criação do Parque Natural, aumentou a procura e as expectativas em relação ao turismo, sendo que actualmente algumas famílias dispõem de quartos para alugar aos turistas.

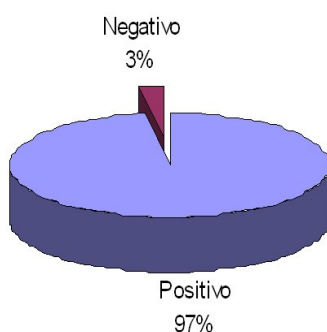
De registar, que aquando da última erupção do vulcão, em 1995, o governo cabo-verdiano e a cooperação alemã construíram novos aldeamentos com o objectivo de pôr termo aos povoados no interior da Caldeira, mas apesar disso, terminada a erupção os habitantes regressaram às suas casas alegando sentir-se estranhos nas outras aldeias e ter o seu sustento nas suas terras de Chã-das-Caldeiras. Isto nota bem a ligação destas populações à sua comunidade. Semedo (2004) refere a existência de uma forte tradição de solidariedade entre os habitantes de Chã-das-Caldeiras, já que estes sempre estiveram isolados, até à independência (1975), altura da construção da estrada de acesso aos centros administrativos de São Filipe e Mosteiros.

No projecto "Preservação e Exploração Sustentável dos Recursos Naturais da Ilha do Fogo", desenvolvido pelo governo cabo-verdiano e pela cooperação alemã define-se como objectivo central: *As instituições responsáveis e a sociedade civil asseguram em conjunto a utilização sustentável dos recursos naturais das Zonas Altas da Ilha do Fogo*

(Leyens, 2002: 4). Esta é uma preocupação central em todo o processo de criação e gestão do Parque Natural do Fogo.

Os resultados do inquérito aplicado aos habitantes de Chã-das-Caldeiras, em Junho de 2008, indicam que a comunidade local considera que a implementação o Parque Natural tem tido um contributo importante em termos de desenvolvimento social, económico e mesmo cultural.

Gráfico 1. Percepções sobre o impacto global do PNF



97% dos inquiridos considera que a implementação do Parque Natural do Fogo teve um impacto global positivo, sendo especialmente salientados os aspectos constantes na tabela seguinte:

Tabela 1. Percepções sobre os Impactos Positivos do PNF (%)

Emprego e novas oportunidades (diversificação de actividades, empreendedorismo...)	22,5
Relacionamento interpessoal e intercultural	2,5
Valorização cultural e Divulgação da comunidade no mundo	15,0
Melhoria de equipamentos ligados ao turismo (alojamento, bar, restaurante, posto de informação)	10,0
Melhoria das infraestruturas (escola, diques...)	2,5
Melhoria financeira (entrada de divisas, aumento do rendimento familiar, acesso a financiamento)	10,0
Valorização comunitária (desenvolvimento local, aumento da auto-estim...)	37,5
Preservação ambiental (recolha de lixo, protecção das plantas endémicas...)	30,0
Formação/ Sensibilização/ Capacitação (guia turístico, línguas, etc.)	5,0
Acesso a informação e conhecimento	5,0
Conservação do património	2,5
Benefícios para todos/ Apoios em geral	5,0

No entanto, como evidencia a tabela 2, são também apontados alguns impactos negativos trazidos pela criação da área protegida, havendo alguns conflitos de interesse latentes, dadas as limitações impostas às práticas tradicionais, como a exploração de lenha, o pasto, a agricultura e a apanha de jorra, que constituem as principais ameaças à biodiversidade, sobretudo às espécies vegetais endémicas.

Tabela 2. Percepções sobre os Impactos Negativos do PNF (%)

Acumulação de lixo (falta de capacidade de recolha e tratamento)	5,0
Abandono de actividades tradicionais para se dedicar ao turismo e falta de trabalho	2,5
Incumprimento de expectativas	2,5
Proibição do cultivo e da criação de animais em determinadas áreas	7,5
Aumento dos preços/ especulação	2,5
Nenhum	82,5

Um aspecto muito valorizado pela comunidade é a vertente da formação e sensibilização desenvolvida no âmbito da criação do Parque Natural da Ilha do Fogo, particularmente o curso de guias turísticos e as actividades de educação e sensibilização ambiental. O centro de informações criado para a orientação dos visitantes que chegam ao Parque é igualmente valorizado, pelo emprego que gera (dois jovens formados no âmbito da instalação do Parque), pelo acesso à informação, pelo contributo para a promoção e venda de produtos locais (artesanato e produtos agro-pecuários).

Questionados sobre se o Parque Natural contribui para o desenvolvimento da comunidade e região, 97,5% dos inquiridos considera que sim, surgindo a resposta "não" em apenas 2,5% dos inquiridos. A tabela abaixo indica em que se traduz esse contributo para o desenvolvimento comunitário:

Tabela 3. Percepções sobre os Contributos do PNF para o Desenvolvimento Comunitário (%)*

Contratação de trabalhadores locais	90,0
Dar preferência a empresas e produtores locais	87,5
Mobilização de recursos da região	85,0
Satisfação de necessidades locais	77,5
Apoio a associações locais	90,0
Apoio a projectos comunitários	65,0
Financiamento de infraestruturas	42,5
Combate à migração das populações locais em geral	42,5
Combate à migração dos jovens	40,0
Valorização da cultura local	85,0

* Nota: Questão de resposta múltipla, sem limite de respostas.

O Eco Museu de Morro Peixe

Os ecossistemas naturais de São Tomé e Príncipe são constituídos essencialmente por florestas, rios, cursos de água e ambientes costeiros e marinhos, hospedando uma grande diversidade de espécies que compõem um património natural de importância nacional e internacional.

Entre a fauna costeira de São Tomé e Príncipe, é notória a presença de algumas espécies ameaçadas, como as tartarugas marinhas que utilizam a região costeira para desova. Uma das zonas privilegiadas para a desova das tartarugas marinhas é o litoral Norte da ilha de São Tomé, onde é frequente a presença de cinco das oito espécies de tartarugas marinhas existentes a nível mundial: a Tartaruga Olivácea, Bastarda ou Tatô (*Lepidochelys olivacea*); a Tartaruga Verde, localmente denominada tartaruga Ambó ou Mão branca (*Chelonia mydas*); a Tartaruga Sarda, de Pente ou de Cuaco (*Eretmochelys imbricata*); a Tartaruga-de-couro, localmente denominada Tartaruga Ambulância (*Dermochelys*

coriacea); e a Tartaruga Cabeça grande ou Tartaruga Vermelha (*Caretta caretta*) (ECOFAC).

Figura 1. Tartaruga *Eretmochelys imbricata*



O processo reprodutivo das tartarugas ocorre entre os meses de Outubro e Fevereiro, com maior frequência durante os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro. No entanto, poucas tartarugas chegam à idade adulta já que todas estas espécies se encontram em perigo, devido a diferentes tipos de ameaças: os ninhos são frequentemente pilhados por animais como cães e porcos selvagens, podendo ainda ser destruídos pelas marés mais fortes se a tartaruga não os escavar suficientemente longe; em terra ou no mar, as tartarugas têm que enfrentar múltiplos predadores; em São Tomé e Príncipe as tartarugas estão ainda sujeitas à captura pelo homem devido à utilização da sua carne e ovos na culinária tradicional e do crescente interesse pelos seus produtos derivados (jóias, pentes, óculos, pulseiras, etc.).

Perante estas ameaças, é iniciado um trabalho de conservação das tartarugas marinhas em São Tomé e Príncipe pelo Programa ECOFAC, programa regional da União Europeia para a conservação e utilização racional dos Ecossistemas Florestais da África Central, que, indo além da sua actuação ao nível da conservação florestal, implementou acções para a protecção da tartaruga marinha, através do o projecto Tatô. Enquadrado pela rede PROTOMAC (*Protection des Tortues Marines d'Afrique Centrale*) e pelo programa regional KUDU (nome utilizado por diferentes etnias africanas para designar as tartarugas marinhas), o projecto Tatô, promoveu acções de monitorização e marcação de espécies para estudo, criação de incubadoras artificiais, sensibilização e envolvimento das comunidades piscatórias das praias de desova e nidificação. Terminado o projecto, a ONG MARAPA (*Mar, Ambiente e Pesca Artesanal*) assumiu, desde o final do ano 2001, as actividades do programa de protecção das tartarugas marinhas, actuando a diferentes níveis: acções educativas junto da população escolar, por todo o arquipélago, com apresentação e distribuição de materiais; acções de sensibilização junto das comunidades piscatórias, incentivando a criação e a protecção de incubadoras artificiais; um projeto de ecoturismo com base comunitária, o *Jalé Ecolodge*, visando apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável e de protecção do meio ambiente nas comunidades abrangidas e estando especialmente vocacionado para a observação de tartarugas.

É neste contexto que surge, na proximidade da zona protegida Norte e Praia das Conchas, o Eco-museu de Morro Peixe designado "Casa Tatô", procurando alargar as acções socioambientais às comunidades e criar alternativas económicas ecologicamente sustentáveis, no sentido do desenvolvimento comunitário de longo prazo.

Figura 2. Actividades do Centro de Incubação "Casa Tatô"



A imagem ilustra algumas das actividades que são realizadas no quadro deste projecto: reabilitação e construção de centros de incubação, selecção e formação de guardas de praia, patrulhamento nocturno nas praias de desova, protecção dos ovos, lançamento dos filhotes ao mar, etc.

Em Morro Peixe, além da visível consciencialização da comunidade relativamente à necessidade de protecção das tartarugas face à ameaça de extinção, a própria comunidade foi activamente envolvida nas acções de protecção. Um bom exemplo é o actual responsável pelo Museu que efectua o acompanhamento das visitas com explicações detalhadas, assim como o controle das patrulhas nocturnas e do centro de incubação

artificial. Este senhor foi pescador em São Tomé, tendo capturado tartarugas, estando hoje reabilitado do ponto de vista profissional para a área da conservação.

Turismo em áreas protegidas

O desenvolvimento de um turismo sustentável em áreas protegidas pode ser entendido como uma forma de alargar oportunidades, gerando fontes alternativas de rendimento para as comunidades que tradicionalmente se ocupavam de actividades tendencialmente depredadoras dos recursos desses espaços.

Em sentido inverso, as áreas protegidas constituem um recurso turístico importante, já que as suas características específicas constituem atractivos para as novas e alternativas procuras turísticas, como o ecoturismo, o turismo rural e cultural ou o turismo científico.

Em geral, este tipo de abordagens vai ao encontro de um turismo sustentável compatibilizando critérios de sustentabilidade social, cultural, ecológica e económica.

Ainda assim, em qualquer estratégia de desenvolvimento turístico em áreas protegidas, é essencial fazer o balanço entre os potenciais impactos positivos e negativos desse desenvolvimento:

Tabela 4. Benefícios e riscos potenciais do Turismo em Áreas Protegidas

<p><i>Incremento das oportunidades económicas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego para a população local - Aumento dos rendimentos - Estímulo a novas empresas turísticas e outras actividades económicas - Encorajamento à produção local de bens - Obtenção de novos mercados e divisas estrangeiras - Melhoria do nível de vida - Rendimentos provenientes de impostos e taxas locais - Aprendizagem de novas competências - Aumento do financiamento para a área protegida e para as comunidades locais <p><i>Protecção do património natural e cultural</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Protecção de processos ecológicos - Conservação da biodiversidade - Protecção e valorização de valores e património culturais - Criação de valor económico e protecção de recursos que de outra forma não teriam valor para os locais - Transmissão de valores de conservação, através da educação e interpretação - Contributo para comunicar e interpretar os valores do património natural e cultural, consciencializando para a responsabilidade de visitantes e residentes (consumidores responsáveis) - Apoio à investigação e ao desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas de gestão para influenciar o negócio do turismo, bem como o comportamento dos visitantes - Melhoria dos meios de transporte e comunicação - Contributo para o desenvolvimento de mecanismos de auto-financiamento para as áreas protegidas <p><i>Melhoria da Qualidade de vida</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de valores estéticos, espirituais e outros valores relacionados com o bem-estar - Apoio à educação ambiental de visitantes e locais - Estabelecimento de ambientes atractivos tanto para os visitantes como para os residentes, os quais podem suportar novas actividades compatíveis (pesca, pequena indústria...) - Promoção do diálogo intercultural - Promoção das artes e artesanato - Aumento do nível educacional da população local - Encorajamento para as pessoas aprenderem línguas e culturas estrangeiras 	<p><i>Custos Económicos e Financeiros</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - O aumento das visitas também significa o aumento dos custos de gestão da área protegida já que implica o acréscimo de pessoal e facilidades exigidas para os turistas (construção, manutenção, administração da área) - Os rendimentos trazidos pelo turismo são desigualmente repartidos, gerando disparidades - Quando a economia local e as áreas protegidas estão muito dependentes do turismo, ficam vulneráveis a factores externos fora do seu controlo (desastres naturais, flutuações cambiais, instabilidade política) - Algumas fugas de divisas ocorrem inevitavelmente, nomeadamente devido ao investimento inicial necessário - Frequentemente o trabalho no turismo é precário - desqualificado, mal remunerado, sazonal <p><i>Custos Ambientais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Degradação ambiental associada à utilização da área: construção de infraestruturas, sobre-exploração dos recursos naturais, utilização de transportes com emissões de dióxido de carbono, pressão sobre os ecossistemas, poluição, distúrbio dos habitats naturais - Restrição do acesso dos locais aos recursos da área protegida - Conflitos no uso de recursos limitados como água e energia - Aumento do custo da terra e outros recursos naturais devido à recriação e conservação, e estímulo à especulação imobiliária - Geram-se fortes desequilíbrios regionais dada a concentração do turismo apenas em algumas zonas mais atractivas <p><i>Custos Socio-culturais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - O aumento do número de turistas perturba as actividades da comunidade e entra em competição pelos locais de lazer e outros serviços - O desenvolvimento de regulamentos para o turismo afecta os habitantes locais, podendo acarretar impactos socio-culturais negativos (ex: proibição de costumes tradicionais como convívios à fogueira) - As tradições locais tornam-se comercializáveis e perdem a sua autenticidade - O contraste entre a riqueza dos turistas e a pobreza das comunidades locais deixa-as mais vulneráveis à exploração
--	---

Fonte: Eagles, McCool & Haynes, 2002; Laurent, 2003

Não podemos descurar o conflito latente entre, por um lado, a protecção dos recursos e as necessidades das populações que vivem directamente desses recursos e, por outro lado, as medidas de conservação e as pressões turísticas. Qualquer estratégia de desenvolvimento turístico em áreas protegidas deverá ter como principal beneficiário as comunidades locais e esse desenvolvimento deverá ocorrer a partir da base, sendo que, em regiões como Chã-das-Caldeiras ou Morro Peixe, é necessário um trabalho regular e contínuo na área da capacitação e qualificação das comunidades. No Parque Natural do Fogo, grande parte do alojamento turístico é feito em casas de famílias da comunidade e as visitas são orientadas por guias locais. Em Morro Peixe, é a comunidade que está activamente envolvida na gestão do Eco Museu, bem como das actividades turísticas ligadas à observação de tartarugas marinhas.

A promoção da colaboração estreita do sector de turismo e da unidade de gestão da área protegida deverá constituir um dos vectores basilares na gestão da mesma (Leyens, 2002: 58). Num momento em que a Economia, tanto de Cabo Verde como de São Tomé e Príncipe, está fortemente orientada para o sector do turismo, esta colaboração deverá ser ainda mais estreita já que os diferentes actores – órgãos públicos, operadores e promotores turísticos, habitantes locais – pretendem obter dividendos provenientes do turismo, os quais não podem ser obtidos a qualquer custo. Considerando o impacto do turismo sobre o espaço, nomeadamente, a circulação interna, o aumento de produção de resíduos, a alteração dos padrões de consumo, as mudanças culturais, etc. torna-se urgente o enquadramento da actividade turística com vista à protecção dos espaços mais procurados, ao estabelecimento de percursos que não perturbem os processos naturais e

ao maior envolvimento da população local no acesso aos rendimentos gerados por esta actividade (Semedo, 2004: 79).

Reflexões finais

Qualquer actividade turística associada a acções de protecção ambiental deverá ser articulada com medidas de desenvolvimento local sustentável. Como recomenda Teresa Leyens (2002: 58), entre as medidas para a conservação sustentável da biodiversidade, *um desafio central é a definição e implementação de um projecto de gestão da área protegida de uma forma participativa, integral e duradoura, incluindo a sua possível estrutura de gestão descentralizada.*

A intervenção de agentes externos deverá ser feita em colaboração directa com as populações e as associações locais, no sentido da sensibilização dos diferentes grupos comunitários face à necessidade de adopção de medidas que mobilizem esforços dos diferentes actores, promovendo adaptações nos hábitos de consumo e nas práticas culturais das comunidades, o que implica uma reestruturação das mentalidades face às necessidades locais e aos riscos ambientais, com a preocupação do longo prazo.

Notas Biográficas e Curriculares

Joana Marques¹

Socióloga e Mestranda em Economia Social e Solidária, investigadora do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE) integrando a equipa de investigação do Projecto “O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”. Tem desenvolvido trabalhos de investigação nas áreas do Desenvolvimento Comunitário, da Economia Solidária e do Turismo Alternativo. Os principais países africanos em que tem desenvolvido acções são Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais, bem como colaborado na organização de Congressos e Seminários Internacionais temáticos.

Brígida Rocha Brito²

Socióloga e Doutora em Estudos Africanos, investigadora do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE). Tem desenvolvido trabalhos de investigação especializada, consultoria e formação nas áreas do Ambiente, Desenvolvimento Local, Comunitário e Participativo, Turismo Ecológico e Sustentável, Segurança Alimentar e Cooperação Internacional. Os principais países africanos em que tem desenvolvido acções são Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais, bem como colaborado na organização de Congressos e Seminários Internacionais temáticos.

¹ Autora Principal

² Coordenadora do Projecto (PTDC/AFR/69094/2006)

Nuno Alarcão³

Sociólogo e Mestre em Estudos Africanos, investigador do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE) integrando a equipa de investigação do Projecto “O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”. Tem desenvolvido trabalhos de investigação nas áreas do Desenvolvimento Comunitário e do Turismo Sustentável. Os principais países africanos em que tem desenvolvido acções são Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais, bem como colaborado na organização de Congressos e Seminários Internacionais temáticos.

Joaquim Ramos Pinto³

Educador e Doutorando em Educação Ambiental, investigador do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE) integrando a equipa de investigação do Projecto “O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”. Tem desenvolvido trabalhos de investigação nas áreas temáticas da Educação Ambiental e Cidadania. Os principais países africanos em que tem desenvolvido acções são Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais, bem como colaborado na organização de Congressos e Seminários Internacionais temáticos. É presidente da Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga).

³ Equipa de Investigação (Projecto PTDC/AFR/69094/2006)

Referências Bibliográficas

Brito, B. (2006) Educação Ambiental e Áreas Protegidas em Contexto Insular Africano. In ASPEA (org.) *XIII Jornadas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental* www.aspea.org/XIIIJornadas_BrigidaRochaBrito.pdf (acedido em 6 de Outubro 2008)

Carneiro, M. J. (2003) A importância da análise do posicionamento das áreas protegidas. In *Ciclo de Debates 2001 - Livro de Actas do Seminário de Investigação em Turismo*. Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Lisboa.

Eagles, P. F. J., McCool, S. F. & Haynes, C. D. A. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas Guidelines for Planning and Management*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK.

ECOFAC, www.ecofac.org (acedido em 9 de Outubro de 2008)

Lauren, A. (2003). *Caractériser le tourisme responsable facteur de développement durable*. Toulouse: Ministère des Affaires étrangères. [on line] www.tourisme-solidaire.org/ressource/index.htm (acedido em 28 de Dezembro 2007)

Leyens, T. (2002). *Biodiversidade da prevista área protegida na Ilha do Fogo/ Cabo verde - Elaboração de programas e medidas para a sua conservação sustentável*. GTZ, Eschborn.

MARAPA, www.marapa.org (acedido em 9 de Outubro de 2008)

Semedo, J. M. (2004). *O Parque Natural da Ilha do Fogo - Cabo Verde: Subsídios para a sua gestão e seu desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha.